

DOSSIÊ

O Contencioso Roraima-Guiana sobre a Ponte do Rio Tacutu

Nelvio Paulo Dutra Santos^I, Reginaldo Gomes de Oliveira^{II}, Elói Martins Senhoras^{III}

A cronologia histórica de acordos e tratados bilaterais assinados pelos governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativa da Guiana registrou no ano de 1985 a convergência entre ambos os países para a assinatura de um acordo para a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu com o objetivo de estimular os vetores geoeconômicos entre o arco norte brasileiro e o caribe guianense.

Passados quatorze anos, os vetores geoeconômicos não foram construídos, e por isso, na ausência de fluxos entre os territórios, diálogos políticos e compreensões sócio-culturais, a inauguração não oficial da ponte sobre o rio Tacutu por parte de autoridades roraimenses tornou-se no dia 26 de Abril de 2009 em um ponto fixo de polêmica na história bilateral entre os países ao marcar a formação de um contencioso binacional.

Para avaliar sob diferentes ângulos o polêmico processo relâmpago de abertura-fechamento-reabertura da ponte do rio Tacutu três perspectivas analíticas sobre o acontecimento são percorridas a fim de evidenciar a complexidade latente e a problemática que traz para a regionalização transnacional entre o Brasil e a Guiana.

I

A ponte que divide: uma perspectiva histórica

No final mês de abril desse ano houve uma inauguração, devidamente festiva, da ponte que interliga a cidade brasileira de Bonfim, no estado brasileiro de Roraima, com a guianense Lethem. Ouviu-se locutor referir-se à república da Guiana como

^I Professor do Departamento de História e pesquisador do Núcleo de Pesquisa Eleitoral e Política da Amazônia (NUPEPA), Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: nelvio@isnet.com.br.

^{II} Professor do Departamento de História e coordenador do Núcleo de Pesquisa Eleitoral e Política da Amazônia (NUPEPA), Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: regiegomes@bol.com.br.

^{III} Professor do Departamento de Relações Internacionais e pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI), Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: eloi@dri.ufrr.br.

“Guiana Inglesa” e senador declarar que agora não há mais desculpas para que não se construa a rodovia até Georgetown. O que não se ouviu e nem se viu foi autoridades maiores do país vizinho e do Brasil. A ponte da união passou a dividir. O que falhou? Muita coisa, mas uma delas foi o negligenciamento e até desconhecimento dos cuidados necessários quando se trata de relações políticas internacionais, que envolvem culturas e interesses diferenciados. Dias após houve o surpreendente fechamento da ponte por parte dos guianenses, seguido do anúncio na imprensa de nova inauguração, com a vinda dos presidentes do Brasil e da Guiana, o que ocorreu em 14 de setembro.

O que parece um festival de desencontros, para o observador atento da vida política do extremo norte brasileiro não foi propriamente surpresa. Como parte de um discurso orquestrado é comum lideranças e a mídia roraimense tratarem a Guiana e outros vizinhos como países não soberanos, diferentemente da soberania brasileira cantada em prosa e verso pelos fazedores de opinião local. Exemplo disso ocorreu no Suriname ano passado, quando em reportagem televisiva um apresentador e deputado federal de Roraima denunciou supostos maus tratos a garimpeiros brasileiros, desfilando com sua equipe como se estivesse na casa da sogra. Nas queixas às autoridades surinamesas nada foi dito sobre a ilegalidade da atividade e o que este poderia causar ao ambiente, muito menos referência a uma invasão territorial. O deputado em questão é um crítico constante da atuação do governo central, engrossando o discurso contra o “descaso do governo federal com Roraima”.

Como esperado, a nova e oficial inauguração da ponte não foi tranquila. Na tarde do dia anterior à visita de Lula já se via um pequeno grupo de pessoas próximas ao aeroporto de Boa Vista, junto a um guindaste onde pendia uma bandeira do Brasil e carros parados tinham a inscrição “Fora Lula”. Motoristas eram convidados a colocar uma faixa preta em seus carros, enquanto um policiamento já se fazia presente. Junto dali dois outdoors davam as boas vindas ao presidente, enquanto pela cidade outros, em nome de um senador descreviam a visita presidencial como “um deboche”. No confronto buscado houve prisões de líder arroseiro e alguma pancadaria, sem atrapalhar os festejos e sem surpreender, exceto por uma cena insólita: o grupo próximo ao aeroporto, formado por poucas pessoas ligadas ao

agronegócio saiu em passeata em direção ao local da recepção da comitiva do presidente, cantando *Caminhando*, a famosa canção de protesto de Geraldo Vandré.

Bonfim está ligada à BR 401, uma bifurcação da BR 174 a qual tem origem em Manaus e demanda à fronteira com a Venezuela. A 401 está inteiramente asfaltada desde a capital do estado de Roraima, Boa Vista e há esperança de asfaltamento de uma rodovia, que a partir de Lethem estabeleça uma ligação direta com o Caribe, através do porto de Georgetown, a capital da Guiana. Essa esperança, como tantas outras, faz parte de um rol que tem povoado o imaginário político de lideranças roraimenses, ontem e hoje. No entanto, atingir o Caribe é um sonho mais grandioso, é interligar aquele mar diretamente à Amazônia brasileira e promover um muito esperado tempo de progresso e crescimento para todos. O sonho de desenvolvimento local é herança do passado, ligado à idéia de defesa e integração da Amazônia ao Brasil, conforme se percebe pelo conjunto de medidas adotadas pelo governo brasileiro durante o regime militar (1964-1985). Roraima, território federal criado em 1943 foi um foco privilegiado pelo planejamento estratégico contido no slogan *segurança e desenvolvimento*.

Em tempos de Guerra Fria e instabilidade política no Caribe, a capital roraimense foi transformada em centro burocrático-administrativo militarizado e o território foi preparado para se transformar em um novo estado da Federação, com obras de infra-estrutura, principalmente em transportes e comunicações, como a abertura das BRs. 174 e 401. O início desta em Boa Vista é uma outra ponte, a *dos Macuxi*, com mais de um quilômetro de extensão, construída pelos militares e com capacidade de suportar trânsito pesado. O projeto de segurança e desenvolvimento nacionais dos governos militares refluíu após as crises do petróleo e agigantamento da dívida externa e no final da década de 1970 estrategistas e pensadores da geopolítica brasileira apontavam em outra direção. O discurso oficial passou a ser o da cooperação com os países vizinhos, conforme expresso no Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978. Dez anos após, com a nova e atual Constituição foi finalmente criado o novo estado federado, justamente quando Roraima vivia mais um surto de garimpo e de migração em massa de pessoas em busca de terra e oportunidades.

Com a criação do estado foi aberto um amplo espaço político para as lideranças novas e antigas: foram eleitos 24 deputados estaduais, um terço deles antigos vereadores da capital, três senadores e oito deputados federais. Mas havia uma falha no sistema: a

base econômica. O garimpo predatório foi proibido pela nova Constituição, que disciplinou a atividade mineradora, bem como estabeleceu as bases de uma política ambiental e reconheceu o direito dos índios às suas terras imemoriais. Tudo isso contrariava – e contraria – os tipos de economia tradicionais e defendidos pelas elites regionais, ligadas ao extrativismo à agroindústria de exportação não avançada. Fato concreto é que o estado de Roraima ainda depende de verbas federais para fazer sua máquina funcionar.

Assim, estabeleceu-se uma dicotomia entre alguns setores do poder local e as autoridades federais, tidas como inimigas do progresso roraimense. No entanto, várias obras do governo central têm surgido, exercendo não só um papel de trégua passageira, mas tidas como conquistas legítimas de alguns outros políticos locais, seja o asfaltamento das BR. 174 e 401, a energia elétrica vinda da Venezuela, a criação da Área de Livre Comércio em Boa Vista ou a ponte sobre o Tacutu. Pode-se afirmar, concluindo, que as atribuladas inaugurações desta têm um significado político simbólico, um verdadeiro espelho da contraditória ordem política roraimense.

II

A ponte que divide: uma perspectiva cultural

As fronteiras são consideradas áreas de controle militar, mas são também áreas de colonização, de integração, de cooperação ou de trocas de diversos tipos, configurando-se em um lugar de múltiplas relações sócio-culturais e políticas ou de narrativas identitárias. As fronteiras são também os lugares de limite do exercício de soberania entre dois Estados nacionais, que historicamente foram pensados e nem sempre os intelectuais que imaginaram o Estado-Nação perceberam o dinamismo sócio-cultural que se faz presente no processo de relações políticas desse lugar situado na margem dos Estados soberanos.

Quando observamos a experiência social e cultural da fronteira no processo histórico, verificamos que no encontro do colonizador com o indígena criou-se a idéia de que o espaço da fronteira é o espaço de oportunidades e de criação do novo. Assim, a experiência da fronteira é interpretada como o lugar onde a sociedade pode vivenciar a democracia social e política porque é um lugar de “terras livres” ou “vazias”. Tal

imaginário intelectual, que é fruto das idéias do século XIX, ainda se apresenta em nosso meio fronteiriço que nem sempre contabiliza as inúmeras famílias indígenas presentes nesse território.

No caso Brasil-Guiana, os diferentes povos indígenas dessa região convivem com duas culturas nacionais distintas: a brasileira que é herdeira do reino ibérico e a guianense herdeira do reino anglo-saxão. Nesse sentido, o nosso diálogo com a fronteira venezuelana é menos complexa porque nossa língua e cultura são herdeiras dos reinos ibéricos. Hoje, essa região tem a participação política e cultural tanto dos herdeiros dos Estados coloniais como também dos povos indígenas que interagem na faixa fronteiriça: Makuxi, Wapichana, Wai Wai, Patamona, entre outros povos. Com isso, o lugar da fronteira se mostra como um lugar de contradições porque há múltiplas posições políticas e sócio-culturais que dão a identidade plural do lugar.

Lugar que revela o rio Tacutu como o regulador do limite entre os dois Estados nações. As suas margens impõem o limite do exercício de soberania entre Brasil e Guiana. Esse lugar fronteiriço é identificado como área de limite internacional e manifesta para os dois governos nacionais situações não apenas de definição do espaço territorial, mas também de políticas públicas de interesse nacional para essas faixas onde exercem seu poder soberano. No caso amazônico roraimense, a região das cidades de Bonfim e Lethem, onde o rio Tacutu limita a soberania, apresenta um evento diferenciador com a construção da ponte. A ponte sobre o rio Tacutu se mostra como um elemento integrador do espaço territorial Brasil-Guiana.

Esse espaço integrador pode ser interpretado também como um lugar seguro e ao mesmo tempo como um lugar inseguro, que estabelece a diferença entre nós (brasileiros) na margem de cá do rio e os outros (guianeses) na margem de lá do rio. São interpretações com base nas teorias de fronteiras e nas linhas imaginárias que legitimam e regulam o nosso poder sobre o outro que é estrangeiro no nosso espaço territorial. Espaço integrador que é materializado pelas distintas normas diplomáticas, pelas leis e outros aparatos burocráticos das relações internacionais, que dão suporte para normatização das relações no território da fronteira e da identidade nacional. Identidade e nacionalidade marcadas pelas relações entre os povos habitantes dessa borda territorial do poder soberano nacional, que não pode ser confundido com o poder soberano local ou regional, que tem uma atuação mais estreita nesse campo da realidade fronteiriça.

Para concluir, podemos dizer que os limites territoriais como fronteiras do Estado nação (Brasil-Guiana), o sentimento de identidade que gera aspectos da unidade nacional, a língua que legitima os códigos culturais e políticos entre Brasil-Guiana na Amazônia, são relevantes para compreensão do campo da realidade fronteiriça. Com isso, não podemos esquecer das práticas tradicionais dos povos indígenas inseridos no contexto da fronteira dessa região amazônica. Ao interpretarmos os conceitos de Nação e fronteiras nessa região do rio Tacutu devemos levar em consideração todos esses aspectos que tem como ambientação o sentimento de identidade de Bonfim e Lethem, agora simbolizado na ponte de integração Brasil-Guiana.

III

A ponte que divide: uma perspectiva política

A condução das relações exteriores de um país passa pelas mãos de um ator central do Estado, que é o Ministério de Relações Exteriores, mas sem dúvida não se restringe a ele, uma vez que existe uma pluralidade de outros atores que influenciam no resultado final das políticas internacionalistas por meio de ações paralelas.

O termo paradiplomacia subnacional representa um marco importante para compreender a ação paralela em âmbito internacional de governos locais e regionais através do estabelecimento de contatos permanentes ou não com atores correspondentes em outros países e com entidades públicas ou privadas estrangeiras.

As novas formas de ação de atores subnacionais com projeção internacional devem ser analisadas com cautela em relação ao impacto sobre a política externa *lato sensu* sempre levando em consideração que há um potencial resultado que pode ser positivo ou negativo.

Na relação Brasil-Guiana observa-se que o estabelecimento de políticas descentralizadas de projeção internacional com uma natureza paradiplomática aumentou de maneira significativa por meio da Secretaria de Relações Fronteiriças ligada ao Estado de Roraima e da Assessoria de Relações Internacionais ligada à prefeitura de Boa Vista.

As redes de paradiplomacia criadas no binômio Roraima-Guiana ao buscarem acompanhar e responder de maneira articulada, flexível, rápida e eficiente às questões

advindas de um mundo em constante transformação adquiriram significância ao trazerem uma nova agenda de negociações que em sua maioria foram positivas.

Enquanto fenômeno de repercussão nas relações internacionais que quebra o monopólio das relações inter-estatais do clássico sistema westphaliano de poder, a paradiplomacia roraimense tem relevância positiva no processo de integração regional nos últimos anos e isto não pode ser menosprezado.

Tão pouco pode ser menosprezado o mal estar criado pela abertura unilateral da ponte binacional sobre o rio Tacutu pelos políticos do Estado de Roraima uma vez que vem corroborar para a desestruturação de canais paradiplomáticos anteriormente pré-consolidados.

Embora a ponte sobre o rio Tacutu fosse uma obra envolta por atrasos e esperada a muito tempo, a abertura unilateral para a circulação de pedestres e tráfego veicular pelas autoridades roraimenses no dia 26 de Abril de 2009 e o descaso da agenda do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva - que esteve um dia antes em Manaus e um dia depois em Rio Branco – somente corroboraram para uma péssima impressão guianense sobre o descaso brasileiro em relação à autoridade soberana da Guiana.

O contencioso fronteiro da ponte sobre o rio Tacutu corrobora como ponto maior de uma relação bilateral historicamente construída de indiferença mútua entre ambos os países por meio de um processo de cristalização cultural e espacial de relativa autarquia nacional e ausência de interdependência econômica e política.

O conseqüente fechamento da ponte sobre o rio Tacutu representou uma resposta natural endossada pelo presidente da Guiana Bharrat Jagdeo e pela Ministra de Relações Exteriores Carolyn Rodrigues-Birkett uma vez que houve quebra de protocolo por parte dos políticos roraimenses em um assunto que é binacional.

A resolução deste contencioso passou desde então não mais pela ingerência das forças paradiplomáticas subnacionais, mas antes esteve diretamente relacionada com as negociações do Itamaraty e da própria diplomacia presidencial, demonstrando que prudência política faz parte de toda ação diplomática e paradiplomática.

Como resultado das negociações diplomáticas, um mês antes da visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Estado de Roraima no dia 14 de Setembro de 2009, o trânsito sobre a ponte do rio Tacutu foi liberado pelas autoridades Guianenses.

Neste contexto, a vinda presidencial ao “lavrado roraimense” teve como um dos principais pontos da agenda, o desenvolvimento da diplomacia presidencial diretamente com a contrapartida guianense principalmente através de três atos:

Em primeiro lugar, encerrou-se o contencioso paradiplomático por meio da inauguração oficial da ponte binacional. Em segundo lugar, foi criado um “comitê das fronteiras”, a fim de que as partes roraimenses e guianesas possam ter um espaço oficial para resolver problemas e avançar conjuntamente em áreas de interesse. Por fim, houve a assinatura de protocolo de intenções para o asfaltamento da rodovia que liga Lethem a Linden-Georgetown findando consolidar este corredor de exportação do Arco Norte para o Caribe.

Muito além de um contencioso diplomático que envolve a temática central da integração física entre países limítrofes estão presentes no contencioso da ponte do rio Tacutu os vetores culturais da alteridade que problematizam a regionalização transnacional da fronteira Brasil-Guiana.

Como reflexo deste processo construtivista de avanços e recuos na relação Brasil-Guiana, todas as oportunidades de progresso na regionalização transnacional do Arco Norte que passam por Roraima revelam que simultaneamente ao estabelecimento de canais de integração infra-estrutural faz-se necessário avançar o respeito cultural da alteridade em ambos os lados da fronteira a fim de se evitar desgastes desnecessários que possam comprometer uma positiva agenda histórica de convergência.